



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## **VOZ E AÇÃO DAS MINORIAS EM *PORTO DOS MILAGRES***

Cláudia Lukianchuki - CEFET-SP

Parte-se da discussão da relação triádica do real, fictício e imaginário de maneira a evidenciar as funções social e utópica da telenovela. A partir daí busca-se discutir os conceitos de minorias e suas implicações – hegemonia e contra-hegemonia em especial - com o intuito de mostrar a sua construção no universo da telenovela *Porto dos Milagres*, evidenciando a relação dialógica entre ficção e realidade e as possibilidades de transformação social.

MINORIA, FICÇÃO, REALIDADE, FORÇA CONTRA-HEGEMÔNICA

## A realidade sempre movente no universo das telenovelas<sup>1</sup>

Discutir o conceito de ficção e realidade é uma tarefa fácil só aparentemente<sup>2</sup>. Por um lado, faz parte do repertório do saber tácito – e é discutível - a idéia de oposição entre realidade e ficção como se se pudesse entender ficção apenas pela eliminação dos atributos que definem a realidade. É muito mais, parece haver uma certa cumplicidade na relação dialógica entre o mundo ficcional e o mundo vivido que não deixa as relações tão independentes assim. Wolfgang Iser avança na discussão teórica indagando se os textos ficcionados seriam de fato tão ficcionais e os que assim não se dizem seriam de fato isentos de ficções.<sup>3</sup> Propôs o autor que a relação dupla da ficção com a realidade, no sentido opositivo, devesse ser substituída pela tríade do real, do fictício e do imaginário alicerçando-se no fato de que o texto ficcional contém elementos do real sem se esgotar nele, por isso mesmo “*seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si mesma, mas é, enquanto fingido, a preparação de um imaginário.*”<sup>4</sup> Afirmo ainda o autor que existem realidades diversas que não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais e que tais realidades, ao surgirem no texto ficcional, não se repetem nele por efeito de si mesmas.

“Se o texto ficcional se refere portanto à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é uma ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então emerge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto. Assim, o ato de fingir ganha a sua marca própria, que é de provocar a repetição no texto da realidade, atribuindo, por meio desta repetição, uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito do que é assim referido.”<sup>5</sup>

Acresce-se ainda que, na prática cotidiana, por ocasião da veiculação da telenovela, há nitidamente dois movimentos de manifestação da realidade: um intratextual e outro extratextual. O primeiro remete, como já foi dito, à realidade social ou mesmo de ordem

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP14 – Núcleo de Pesquisa Ficção Seriada, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.

<sup>2</sup> Em uma notícia de jornal, tem-se a realidade; em um romance, a ficção. Isso não é suficiente para que os dois conceitos sejam compreendidos e nem é tão simples assim a sua apreensão.

<sup>3</sup> Iser, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. p.13.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.14.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

sentimental e emocional presente no texto de telenovela que não se transforma em ficção apenas por entrar em textos ficcionais. Já o segundo – a realidade extratextual – é manifestada na e pela sociedade estabelecendo, assim, um diálogo com o texto da telenovela, o que vem a reforçar o seu caráter de obra em aberto ao ilustrar e debater questões atuais, transformando verdades em ficção e depois devolvendo-as como uma espécie de síntese do país.

Em *Porto dos Milagres*, houve manifestações contundentes na mídia com relação à política – representado por Lima Duarte, o personagem Victório Viana, senador de interesses duvidosos, faz parte de um cenário envolvido em corrupção, CPI, chantagens. É o vilão, o antipolítico, figurada inspirada em Antônio Carlos Magalhães e, na mesma linha, o prefeito Félix Guerreiro, corrupto, ganancioso, totalmente descomprometido com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), faz política de barganha como garantia de interesses pessoais, tenta passar a imagem de um político idôneo e seu objetivo imediato e futuro é ser governador e presidente da República, respectivamente a campanha eleitoral de Félix Guerreiro (Antônio Fagundes) e Guma (Marcos Palmeira) nos moldes das campanhas políticas da vida real, com chamadas durante a programação da Rede Globo como se fosse programa eleitoral dos partidos políticos. A questão do negro também foi criticada por segmentos representativos alertando para o fato de que o efeito branqueamento é sintoma de racismo. O negro é muito mais uma figura descaracterizada de sua problemática humana e social e abordado, em geral, de maneira preconceituosa – a cultura afro-brasileira é mais um elemento exótico, fator de mera curiosidade, limitada ao carnaval, ao morro, à favela, enfim não há verdadeiramente um compromisso com uma identidade racial positiva dos negros. Nem quantitativamente se vê representado, apesar de cerca de 50% da população brasileira serem de negros ou pardos, fato esse que justifica o Projeto Lei do deputado Paulo Paim (PT/RS), que obriga as emissoras a ter, pelo menos, 25% de negros em sua produção. Na ocasião, os personagens negros das quatro novelas brasileiras – *Estrela-Guia*, *Um anjo caiu do céu*, *Porto dos Milagres* e *Roda da Vida* – não totalizavam 10% do elenco<sup>6</sup>. Ainda igualmente polêmica foi a abordagem da religião provocando inúmeros religiosos de setores da igreja católica ou mesmo de denominações evangélicas.

---

<sup>6</sup> Dados obtidos em [www.facom.ufba.br/brasiltelenovela](http://www.facom.ufba.br/brasiltelenovela), de 28/04/02.

Manchetes reveladoras desse repúdio se estamparam na mídia: “Agressão brutal e suja à igreja”, “Cuidado com a novela de Iemanjá” e até determinados padres proibindo seus fiéis de verem a novela. Esses são alguns exemplos que servem de amostras da complexa problemática, que envolve a relação ficção e realidade.

Sob outros aspectos, Umberto Eco também dimensiona bem essa complexidade entre o mundo real e o fictício:

*“Na ficção, as referências precisas ao mundo real são tão intimamente ligadas que, depois de passar algum tempo no mundo do romance e de misturar elementos ficcionais com referências à realidade, como se deve, o leitor já não sabe muito bem onde está. (...) O comum é o leitor projetar o modelo ficcional na realidade - em outras palavras - o leitor passa a acreditar na existência real de personagens e acontecimentos ficcionais”<sup>7</sup>.*

A evidente distinção, no entanto, sofre abalos diante de uma reflexão mais apurada. O real está presente na ficção, e a ficção está presente na realidade, muitas vezes de forma bastante interligada: o mais comum é projetar o modelo ficcional na realidade, a ficção substituindo a realidade. Talvez sejamos um pouco dos personagens que lemos, acrescido das experiências culturais de cada um. Afinal, no cotidiano, muitas vezes as pessoas não são mais personagens do que elas próprias?

Portanto, se é imperativo estar atento à realidade, não se concebe desmerecer a ficção, pelo muito do real que ela exercita, acrescentando ainda que:

*“O discurso literário contém, portanto, não os acontecimentos ‘efetivamente’ vividos, mas o campo das possibilidades humanas, a partir de uma realidade histórica: tanto a atual, na qual o escritor, inclusive, está inserido, como, a partir da atual, a visão das possibilidades humanas do passado. E é desse modo que a literatura possibilita ao homem uma reflexão sobre a realidade, um passo no caminho do conhecimento científico. Os discursos literários desenharam o ‘mapa da existência’, e não o mapa da sociedade.”<sup>8</sup>*

A polêmica está longe de ser resolvida. Se se pode discutir e até admitir desse ponto de vista a relação ficção/realidade, não é possível deixar passar despercebidas as idéias de Adriano Duarte Rodrigues sobre essa questão.<sup>9</sup> Extensionando um pouco mais o problema, o autor principia por discutir a convicção espontânea de que existe um único universo e uma única realidade. Em uma perspectiva fenomenológica, o autor mostra que “a realidade para o leitor de um romance de ficção científica, que relata ,

<sup>7</sup> Eco, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 131.

<sup>8</sup> Baccega, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem*. São Paulo: Moderna, 1998. p. 50.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*por exemplo, histórias espantosas de discos voadores ou de marcianos, é incomensurável com a realidade de que o condutor tem experiência ao volante do seu automóvel, ainda que, ao volante do seu carro, possa estar simultaneamente mergulhado imaginariamente em experiências fabulosas de viagens planetárias difundidas pelo auto-rádio, a viver com o seu companheiro de viagem uma experiência amorosa ou um conflito profissional.”<sup>10</sup>*

A questão está posta: existe efetivamente uma multiplicidade de mundos com os quais cada pessoa entra em contato sem com isso confundir as regras de cada um destes mundos vividos. É possível viver a realidade criada por um filme sem que se percam as rédeas da realidade dita real. E, se há a multiplicidade de mundos, cada um vive experiências diferenciadas nesses mundos. Exemplificando: a nudez do corpo de uma mulher no cotidiano vivido real traduz experiências diferentes para um pintor, para um médico - em outras palavras, a dimensão erótica, a dimensão estética e a dimensão terapêutica, respectivamente. E entre essas dimensões “*podem, no entanto, gerar-se transposições que definem sentidos inesperados da experiência.*”<sup>11</sup> Da mesma forma se pode falar da simulação das manifestações amorosas por uma pessoa não apreendida pelo destinatário. Um e outro vivem, portanto, experiências diferentes no momento da interação.

Aguçando mais ainda a polêmica conceitual evidenciada na relação entre realidade e ficção, Rodrigues, ao falar da delimitação da experiência do cotidiano e da delimitação do domínio da experiência individual, reaviva a idéia de que um mesmo indivíduo vive diversas experiências e uma mesma experiência é partilhada por um grande número de indivíduos. Por exemplo, um professor que é pai, um desportista, marido, cliente, vizinho, etc. E é exatamente daí que se deriva a base diferenciadora entre a experiência da vida cotidiana e a sua representação ficcional: os indivíduos inseridos no cotidiano real têm papéis sociais inesgotáveis e nem revelam por inteiro a sua identidade ao contrário das personagens de ficção que se desnudam, oferecendo-se aos olhos do receptor totalmente enquanto identidade. Diferentes são, portanto, as identidades do ator e da personagem. Por mais que possam existir mudanças no quadro

---

<sup>9</sup> Rodrigues, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura*. Lisboa: Presença, 1994.

<sup>10</sup> Idem, p.87.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 88.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

ficcional, jamais essas mudanças absorverão a multiplicidade e a complexidade dos processos e dos procedimentos que constituem a experiência cotidiana.

Prosseguindo no percurso assumido para diferenciar pessoa e personagem, o autor ainda adverte quanto à violação criada pelo quadro de experiências: um aluno, ao falar sobre um jogo de futebol em vez de responder sobre a matéria argüida pelo professor, viola as expectativas e produz novos efeitos de sentido. Convém ressaltar que, nessas discussões sobre ficção, é visível a não alusão às telenovelas, uma vez que parece não fazer parte do repertório de experiências do referido autor. A violação faz parte desse universo ficcional, uma vez que se trata de obra em aberto. Assim, a questão parece voltar ao ponto original, revelando-se, sob alguns aspectos, de maneira cíclica?

É possível, então, distinguir facilmente personagem de pessoa, cotidiano ficcional de cotidiano vivido, lembrando que “*O homem é personagem, que é homem. E o escritor é o criador de personagens que se incorporarão em homens.*”<sup>12</sup> E nesse sentido procura-se discutir o conceito de minorias e suas implicações em *Porto dos Milagres*.

### **O conceito de minorias e suas implicações: hegemonia e contra-hegemonia**

Para as Nações Unidas, em decorrência do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o conceito de minorias compreende os grupos distintos dentro da população do Estado com características étnicas, religiosas ou lingüísticas comuns e estáveis, que diferem do resto da população e quantitativamente inferiores e discriminados, isto é, grupo detentor de desigualdade real com os demais grupos sociais.

Já Muniz Sodré,<sup>13</sup> em um passeio etimológico, discute o significado de minorias, apresentando, logo de início, um sentido de inferioridade quantitativa, isto é, minoria é o contrário de maioria. Noção essa que emerge uma outra: na democracia clássica predomina

<sup>12</sup> Baccega, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. São Paulo: Ática, 1995. p.89.

<sup>13</sup> Texto apresentado no Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias, Intercom 2001, XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, MS.

a vontade da maioria, o que vem corroborar ainda seu sentido quantitativo. No entanto, do ponto de vista qualitativo, democracia é um regime de minorias, uma vez que ela só se afz ouvir no processo democrático. Dessa forma, caracteriza o autor minoria como uma voz qualitativa, ou seja, “*possibilidade de intervirem nas instâncias decisórias do poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social.*”<sup>14</sup> Essa é noção contemporânea de minoria, que é constituída pelos negros, homossexuais, mulheres, povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas etc..

Dessa forma, o conceito de minoria é entendido como um lugar, espaço ocupado por um corpo ou um objeto e não algo meramente abstrato, o que vai definir território como espaço afetado pela presença humana, ou seja, lugar da ação humana:

*“Lugar ‘minoritário’ é um topos polarizador de yurbulências, conflitos, fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. Posto isto, pode-se afirmar que o negro é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele”<sup>15</sup>.*

Vulnerabilidade jurídico-social, identidade *in situ nascendi*, luta contra-hegemônica e estratégias discursivas são, segundo Muniz, características básicas de uma minoria. Fortemente, o conceito de minoria deve ser apreendido como uma voz de dissenso, uma luta contra-hegemônica no sentido de buscar abrir brechas no universo hegemônico cuja dominação consensual não é elemento impeditivo de inventar formas democráticas nas quais possa se inserir.

Posto isso, em se tratando do conceito de minoria, não dá para dissociá-lo de outro: o conceito de hegemonia (do grego *eghemonia*): termo militar que significa direção do exército, chefe militar, comandante do exército. Foi Lênin quem utilizou pela primeira vez, em 1905, o termo hegemonia dando-lhe caráter político; já Gramsci, ao utilizar o conceito, dimensiona-o não só no âmbito político como também entende que “*a hegemonia é a cultura numa sociedade de classes,*”<sup>16</sup> destacando, assim, o caráter formativo da cultura.

---

<sup>14</sup> Ibidem, p.01.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 02.

<sup>16</sup> Chauí, Marilena. *Conformismo e resistência*. 6ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996. p.21.

Seu ponto de vista não é o do povo-popular, mas sim o excluído, o povo explorado e dominado. Chauí ressalta que hegemonia é sempre um processo. “*É um corpo de práticas e de expectativas sobre o todo social existente e sobre o todo da existência social: constitui e é constituída pela sociedade sob a forma da subordinação interiorizada e imperceptível*”.<sup>17</sup>

Por isso nunca pode ser singular e é continuamente renovada, recriada, da mesma forma que é continuamente resistida, desafiada por pressões externas. Daí do conceito de hegemonia tem-se, como acréscimo, os conceitos de contra-hegemonia e hegemonia alternativa – elementos reais e persistentes da prática. Portanto, no bojo das idéias contidas no conceito de contra-hegemonia, aponta Chauí, está a idéia de oposição, de resistência e, num movimento dialético, tem-se a defesa contra a hegemonia de um lado, e a cumplicidade, a interiorização e a subordinação à hegemonia de outro lado, sustentado, nesse sentido, um verdadeiro e contínuo embate. Em todo o processo cultural, acresce-se às forças hegemônicas as contribuições dos que estão à margem desse processo. Estar à margem não quer dizer não contribuir com ele.

Abordar, portanto, o movimento dialético entre as diferentes culturas, de onde se extrai não só a compreensão do que sejam as expressões hegemônicas como também as diversidades culturais, é encaminhar-se também à compreensão do que seja, em essência, a Cultura Popular. E, antes de discutir o conceito de Cultura Popular, Chauí define Cultura em sentido amplo como o “*campo simbólico e material das atividades humanas, estudadas pela etnografia, etnologia e antropologia, além da filosofia*”, já, em seu sentido restrito, a vê “*articulada à divisão social do trabalho, tende a identificar-se com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre cultura letrada-erudita e cultura popular*.”<sup>18</sup>

Ao discutir o conceito de Cultura Popular, a autora não adota nem a perspectiva Ilustrada nem a Romântica. A primeira trata a Cultura Popular como resíduo morto, o tradicional, com um certo ar de atraso, que deve sucumbir à modernização; a segunda supõe a autonomia da Cultura Popular, uma cultura autêntica sem a contaminação da cultura oficial. De onde se pode deduzir que, em ambas, a Cultura Popular é vista como

---

<sup>17</sup> Ibidem, p.22.





INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

algo fechado em si mesmo, uma totalidade orgânica, desconsiderando, dessa maneira, as diferenças culturais tão importantes no movimento histórico-social de uma sociedade de classes.

Chauí tece seu conceito de Cultura Popular, tendo como pressuposto que é uma manifestação diferenciada, que, no seio da sociedade, estabelece um jogo dialético entre o consenso e o dissenso, inconformismo e resistência. Ao mesmo tempo em que assimila traços da cultura dominante também a recusa, resiste. A sociedade é a mesma para todos, mas com finalidades diferentes para cada uma das classes. O que é importante entender é que é preciso ver a Cultura Popular “*não como uma outra cultura ao lado (ou no fundo) da cultura dominante, mas como algo que se efetua por dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir a ela.*”<sup>19</sup>

Postas essas questões teóricas, a seguir, busca-se uma aplicação na sociedade configurada em Porto dos Milagres.

### **Construção e aplicabilidade do conceito de minorias em *Porto dos Milagres***<sup>20</sup>

As forças hegemônicas, em Porto dos Milagres, se fazem representar, principalmente, pelo núcleo do prefeito e sua família, além de seu irmão, elementos que caracterizam a cultura oficial – são políticos da cidade –, embora não se tenha conhecimento da formação cultural de cada um deles. Dessa mesma sociedade, emergem forças contra-hegemônicas, representadas pelo núcleo dos pescadores e seus agregados, tendo como líder ao personagem Gumercindo – chamado de Guma. São forças que vão contribuir para deslegitimar, questionar e enfrentar a cultura dominante, ou melhor, as expressões hegemônicas. Ocorre assim um descentramento que vai expressar-se em novas formas de identificação coletiva e novas formas de pensamento e ação. A emergência destas formas sociais inclui a resistência contra o capitalismo selvagem, a mais-valia de regimes autoritários sob a máscara democrática baseados em alianças eivadas de corrupção e benefícios pessoais. Desse descentramento que caracteriza um verdadeiro embate, observado em Porto dos Milagres, tornam-se visíveis

<sup>18</sup> Ibidem, p.14.

<sup>19</sup> Ibidem, p.24.

<sup>20</sup> Novela, veiculada pela Rede Globo em 2001, no horário nobre, de autoria de Aguinaldo Silva e



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

diferenças culturais, fazendo emergir grupos historicamente excluídos social ou culturalmente, que travam inúmeras e incansáveis batalhas pelos seus direitos de voz e de participação social. É nesse contexto que se desenvolve a trama da novela.

Em *Porto dos Milagres*, como acontece na maioria das novelas, os personagens circulam, basicamente, em dois universos bem distintos: o núcleo dos ricos, o poder econômico – caracterizado, principalmente, pela Família Guerreiro e o núcleo dos pobres, a expressão dos dominados – o dos pescadores, cujo líder é Guma. No entanto, cabe notar que, embora não seja objeto de análise neste trabalho, entre eles existem alguns outros personagens que se aproximam mais de um ou de outro núcleo.

Embora se saiba, no decorrer da novela, que o líder dos pescadores é, de fato e de direito, o herdeiro de Bartolomeu, homem de grandes posses e irmão de Félix, a análise, que o caracteriza como elemento integrante das minorias, não se invalida sob hipótese alguma, uma vez que todo o personagem é construído com base na vida social desse grupo, constituindo assim a sua subjetividade. Por parte desse personagem, não há identificação alguma com o mundo dos ricos e seus valores – representado pelo poder hegemônico – mesmo quando tem conhecimento de sua real origem. Identifica-se com o suposto núcleo de sua origem – a família de pescadores que o criara – e seus agregados. Tem-se a identidade “*em termos de uma cultura partilhada, uma espécie de ‘ser verdadeiro e uno’ coletivo, oculto sob os muitos outros ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos, que pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham.*”<sup>21</sup> Depreende-se daí que a identidade cultural fornece unicidade a um povo, que é um traço essencial, sem a qual as referências e sentidos se dispersariam, fragilizando o grupo. Esta unidade permanece intocável sobre os conflitos e divisões sociais, definindo um contorno muito claro de suas aspirações.

Através do núcleo dos pescadores<sup>22</sup>, depreende-se, com mais clareza, o significado de minorias e de identidade cultural e, como de certa forma, realiza uma espécie de função social exemplar. Incentiva-se, com mais veemência, a participação

---

Ricardo Linhares

<sup>21</sup> Hall, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996. p.68-74.

<sup>22</sup> Também as meninas da casa de Rosa Palmeirão podem ser consideradas como minorias, ou seja, grupos discriminados pela sociedade, uma vez que são prostitutas. Contudo, esse grupo não apresenta o mesmo vigor do núcleo dos pescadores.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

social, exercitando-se aí o verdadeiro sentido do caráter democrático enquanto elemento de intervenção nas instâncias decisórias do poder.

É claro que, no grupo em questão, o que se discute não é a questão ética, religiosa ou lingüística, seu enfoque é a exclusão: são minorias desfavorecidas, desprovidas de direitos humanos básicos. Exclusão essa que não subtrai ao grupo a sua voz, embora as forças hegemônicas tentem estrangulá-la ou mantê-la sob orientação. Se o que move uma minoria é o impulso de transformação, então a minoria está bem representada no grupo liderado pelo sobrinho de Félix Guerreiro. Empenha-se Guma e seu grupo em um movimento que vai da exclusão à inclusão, sem que com isso se caracterize uma perda de identidade, ou mesmo que a luta seja apenas meras substituições de grupos. Ao contrário, a ascensão de Guma é a transformação, é o devir.

Retomando as características de minorias propostas por Muniz Sodré, percebe-se que o grupo dos pescadores – dito minoritário – não se deixa institucionalizar-se, isto é, não assume para si as regras do ordenamento jurídico-social vigente, nem mesmo quando Félix Guerreiro tenta seduzir o líder, propondo alianças que acenam a benefícios pessoais. Sua luta está centrada em uma causa: o direito à voz e o conseqüente reconhecimento social de seu discurso. Suas forças se revitalizam de momento a momento, sua identidade sempre *in statu nascendi*. É a idéia de um contínuo recomeço que se verifica na organização da cooperativa que, repetidas vezes, é atacada pelo prefeito da cidade com o objetivo de descaracterizar o coletivo e a sua luta por uma melhor qualidade de vida, sem, contudo, sucumbir aos desmandos políticos engendrados pelo poder local, destacando-se dele pela valorização do afetual e pela auto-organização imbatível e sempre renovada. Situação semelhante ocorre quando ajuda Oswaldo, marido de Eugênia Augusta, organizando o grupo de forma a dar fim ao incêndio na sua fábrica de charutos, provocado pelo incansável prefeito e suas artimanhas. Depreende-se, então, que o espaço é público e deve ser ocupado e literalmente é ocupado, simbolizado na fala de Guma ao povo da cidade na sacada da prefeitura – inicialmente em favor de Epifânia, vice-prefeita e opositora de Félix, depois em favor de si mesmo e, por extensão, de seu grupo. Claramente realiza-se a luta contra-hegemônica, cuja redução do poder hegemônico, ou descentramento, aparece simbolizada na morte do prefeito em condições trágicas bem como a de sua mulher



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Adma, assinalando um novo porvir, fruto de uma intensa luta social. Nem mesmo a mídia ficou fora de todo esse processo, índice, inicialmente, de uma minoria flutuante, mas que vai ganhando consistência no desenrolar da trama. A natureza das minorias é marcadamente influenciada pela sua ação. Assim, Guma utiliza a mídia como forma de denúncia dos graves problemas sociais, notadamente no que se refere à poluição do rio local causada pela fábrica do prefeito, episódio esse que vem reforçar a responsabilidade social. Diferentemente é o uso da mídia pelo prefeito. Sua preocupação apenas com a imagem evidencia que suas palavras não se estendem em ações: artiloso, diz o que não faz. Ou seja, produz discurso sem estar comprometido com a ação. Nesse sentido, Guma é o exemplo do contra-discurso que se estende em ações demonstrativas: passeatas, invasões episódicas, manifestos etc. É importante lembrar que o ser social nasce com o exercício da linguagem.

Representativo torna-se o núcleo de Guma como referência à sociedade real com vistas a impulsioná-la, promovê-la e transformá-la. Através das expressões contra-hegemônicas a sociedade dada é também a sociedade dando-se, manifestada em seus contínuos embates, suas resistências apesar dos conformismos e da reprodução. O que se propaga é que o ser humano, independentemente de sua classe social e de sua cultura, é e deve ser o sujeito de sua história rumo a uma melhor qualidade de vida. Todas essas questões são permeadas pelo sentido de cidadania, que é o melhor caminho para a inclusão. E inclusão se dá com participação. É preciso abdicar da postura protecionista, de tutelado, que, de certa forma e não homogênea, caracteriza a cultura brasileira.

Alijadas do processo de participação social, as minorias devem realizar um movimento rumo à tomada de decisões que vão imprimir a sua marca, sensibilizando-se e manifestando-se contra o descompasso entre as realidades de cada classe social. Diferença não pode ser sinônimo de exclusão. O combate à desigualdade social passa pela idéia de todos têm importância e valor social, passa também pela desconstituição da idéia de que a sociedade deve ser sempre vista de cima, descaracterizando assim a cultura popular enquanto diferença cultural e não como desprestígio. E nesse sentido as minorias representadas através do núcleo de Guma contribuem para uma construção social mais eficaz e possível, basta participar, o que possibilita a construção de sociedades mais justas no sentido de inclusão de fatores heterogêneos e, em outras



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

palavras, de inclusão social. Empreender diferentes movimentos no corpo social é tarefa de todos e o exercício do social se dá tanto na linguagem como nas ações. Fundamental é a compreensão de que as mais variadas possibilidades de esquemas minoritários têm condições de intervir no processo social, não como minorias flutuantes, mas sim como forças contra-hegemônicas, verificadas em ações de estruturas mais sólidas e continuamente presentes.

## BIBLIOGRAFIA

- BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem*. São Paulo: Moderna, 1998.  
 \_\_\_\_\_. *Palavra e discurso: história e literatura*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. 6ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Cultural e Artístico Nacional*, n.24, 1996.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- LUKIANCHUKI, Cláudia. O personagem e o olhar do receptor. Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional de Cinema e Telenovela. ECA/USP, 1995.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura*. Lisboa: Presença, 1994.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SODRÉ, Muniz. [*Conceito de minorias*]. Intercom 2001. NP Comunicação e Cultura das Minorias. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, MS.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.